

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

20



𐀀𐀁𐀂𐀃𐀄𐀅𐀆𐀇𐀈𐀉𐀊𐀋𐀌𐀍𐀎𐀏𐀐𐀑𐀒𐀓𐀔𐀕
𐀖𐀗𐀘𐀙𐀚𐀛𐀜𐀝𐀞𐀟𐀠𐀡𐀢𐀣𐀤𐀥𐀦𐀧𐀨𐀩𐀪𐀫
ΜΗΝΙΝ ΑΕΙΔΕ ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

OS RIVAIS DO POLÍTICO VERDADEIRO: HOMENS, ANIMAIS E MONSTROS. CONTRIBUTOS D'O *POLÍTICO* E D'A *REPÚBLICA* PARA O RETRATO DOS FALSOS POLÍTICOS

CARMEN SOARES

Universidade de Coimbra

cilsoares@gmail.com

O tema que elegi para reflexão subverte deliberadamente a tradicional leitura que sobre filosofia política têm suscitado *O Político* e *A República* de Platão, no que à figura do governante diz respeito⁽¹⁾. Ou seja, não busco as características e predicados do *rei* ou *político verdadeiros* (ἀληθινὸς βασιλεύς / πολιτικός)⁽²⁾, via que, aliás, é a seguida pelas personagens dos diálogos platónicos em apreço⁽³⁾, mas procurarei colocar em evidência o que em ambos os textos são meios para atingir esse fim. Assim, procurarei, antes, averiguar como são caracterizadas as figuras que no panorama político da época ocupavam cargos de gestão dos interesses da *pólis*, a quem vulgarmente se poderia atribuir o epíteto de *políticos*, mas que, como se demonstra, não passam de *governantes aparentes* (τοὺς ἄρχοντας...δοκοῦντας μόνον, *Pol.* 293 c 7-8). Não se trata, no entanto, de inverter as linhas de pensamento postuladas n'*O Político* e nos livros VIII e IX d'*A República*, orientadas para a definição do *retrato completo do político* (τὸν πολιτικὸν ἀπερφάσωται, *Pol.* 257 a 4) e para a distinção entre as *formas de governo perfeitas* (ὄρθαι πολιτεῖαι) e *defeituosas* (κακαὶ πολιτεῖαι), bem como respectivas almas dos seus governantes, pois são estas que determinam as formas daquelas⁽⁴⁾. O que proponho é, ao invés, tentar compreender em que medida esses indivíduos a

quem a sociedade reconhece o direito de exercer a governação merecem, da parte de Platão, formas de tratamento que ultrapassam a simples denúncia de fraquezas, para resvalar em ataques acérrimos e insultuosos contra a sua própria condição humana.

Abordar de maneira tão directa uma temática de implicações cívicas evidentes, como é a denúncia dos falsos políticos e a busca do seu representante verdadeiro, evidencia não apenas a diáde essencial do pensamento do filósofo (*ser/parecer*), mas também a consciência de que a missão da filosofia é conduzir o homem à felicidade⁽⁵⁾. E esta, para o homem que vive na *pólis*, atinge-se quando se realizar a *constituição perfeita*, forma de governo que só está ao alcance daquele que possuir a *ciência política* (πολιτική ἐπιστήμη), o *politikós*. Porém, conforme têm enfatizado os estudos sobre a construção da identidade, todo o processo de identificação radica numa dinâmica dialógica de confronto do «eu» com o «outro». Não é, portanto, de estranhar que Platão, para chegar ao retrato do político, i.e., para dizer *o que ele é*, recorra à apresentação *do que ele não é*. E é aqui que se desenham perfis diversos e de conotação ética variável, podendo as personagens dos textos limitar-se a emitir informações neutras ou apoiar-se noutras fortemente carregadas de sentido pejorativo. Foi a constatação de que esses pseudo-políticos podem ser apresentados de tão distintas formas que me levou a identificá-los com três grupos de indivíduos, elencados numa sucessão que revela um percurso do racional (o Homem) para o irracional (os animais) e o selvagem (os monstros). Aliás, esta sequência foi-me sugerida pelo próprio texto d'*O Político*, conforme passarei a evidenciar.

A primeira via seguida pelas personagens para individualizar o político/rei conduziu à sua identificação com o rei-pastor⁽⁶⁾. Porém, semelhante conclusão levantou, de imediato, a dificuldade de haver *outros milhares de pretendentes* ao título (μυρίων ἄλλων ἀμφισβητούντων, 268 c 3), uma vez que muitos profissionais podem reclamar-se especialistas da *ciência da criação colectiva de seres humanos* (ἀνθρώπων κοινοτροφικὴν ἐπιστήμην, 267 d 12-13). E esses rivais são nada mais do que mercadores, lavradores, padeiros, mestres de ginástica e médicos. Face ao resultado insatisfatório desta investigação, os interlocutores enveredam por uma outra via, a do mito, também ela inconclusiva e a suscitar nova pesquisa, desta feita baseada no paradigma da tecelagem. É precisamente a propósito da aplicação da distinção entre o tecelão/arte de tecer e os profissionais/artes auxiliares da tecelagem ao objecto de pesquisa do diálogo (o político e a ciência política)

que se retoma a alusão aos *rivals do rei* (τοὺς... ἀμφισβητοῦντας τῷ βασιλεῖ, 289 c 5-6). Neste passo percebe-se, através da identificação destes indivíduos com categorias sociais subordinadas – os escravos (δοῦλοι) e os servos (ὑπηρέται) –, o menosprezo que lhes vota o Estrangeiro, porta-voz do autor⁽⁷⁾. No entanto, logo de seguida, o mestre confessa ao seu discípulo, Sócrates-o-Moço, que esta interpretação estava errada. Tal como é típico da árdua caminhada dialéctica em busca da verdade, feita de sucessivos enganos e correcções, é preciso obter uma análise *mais segura* (βεβαιότερον, 289 d 5).

Na sequência desta reponderação, são liminarmente *afastados* da condição de *rivals do político* (ἀναμφισβητήτως, 289 e 1), os homens de condição não livre. Também entre os que gozam de liberdade, mas que exercem negócios por conta de outrem – como são os cambistas, os mercadores, os armadores e os revendedores – também esses servos não *rivalizam* (ἀμβισβυτήσουσι, 290 a 2) todos com a *politikê epistême*. Neste momento, Platão lança um ataque directo ao regime da sua *pólis*, quando exclui, de forma categórica, da *basilikê epistême*, para além dos *thêtas* (a mais humilde mão de obra contratada), os assalariados (μισθωτούς, 290 a 4). Como se sabe, entre estes últimos incluíam-se os cidadãos que, em inícios do séc. IV, recebiam um *misthos* pelo exercício de quase todos os cargos políticos (exceptuam-se os Estrategos e provavelmente os membros do Areópago)⁽⁸⁾. Ou seja, começa-se, desde já, a questionar a concepção corrente segundo a qual quem exercesse o poder político deveria ser o primeiro (se não o único) a merecer o epíteto de *especialista da política* (*politikós*)⁽⁹⁾. Mas a lista dos «servos», potenciais concorrentes ao título, inclui ainda outros profissionais, cujas competências lhes conferiam um inegável ascendente entre os cidadãos comuns: os arautos, os escribas e os secretários das diversas magistraturas do regime democrático ateniense. Adiantando uma conclusão que lhe parece óbvia, Sócrates-o-Moço afirma que todos aqueles indivíduos até aí considerados são *servidores* (ὑπηρέτας) e não *governantes* (ἄρχοντας). Ou seja, parece que a via proposta pelo Estrangeiro – de encontrar entre os que praticam a *ciência do servir* (ἐπιστήμης διακόνου, 290 c 5; διακόνου τέχνης, 290 d 2-3) os *pretendentes à ciência política* (τοὺς... ἀμφισβητοῦντας τῆς πολιτικῆς, 290 b 8-9) – deve ser abandonada.

O papel de um mestre consiste em conduzir o aprendiz ao conhecimento e, como esclarece mais adiante (291 b 7), é *do desconhecimento* (ἐξ ἀγνοίας) que surge a *estranheza* (τὸ ἄτοπον). Explicando melhor, embora possa parecer *particularmente estranho* (σφόδρα γε ἄτοπον)

ao jovem interlocutor que se busque numa parcela do grupo dos servos os indivíduos que reclamam possuir a ciência política, essa é a verdadeira pista (ἵχνους, 290 d 5) para tal demanda. A parcela a que se refere inclui os servos dos deuses, i.e., dois *especialistas* (ἐπιστήμονες, cf. 290 c 8-d 1: τὸ τῶν ἱερέων αὐτῷ γένος... ἐπιστήμον): os adivinhos e os sacerdotes. O enorme prestígio das suas funções conferia-lhes uma reputação intocável e ajudava a compreender o orgulho que os dominava. Aliás, as constituições de muitas das cidades gregas haviam encontrado uma maneira de associar esse poder que vinha da proximidade com o divino ao poder político. Platão está a referir-se à mais distinta das magistraturas do sistema democrático, o arconte-rei (290 e 3-8). Está, assim, encontrada a primeira categoria de rivais do político: indivíduos com actividades implicadas na gestão da coisa pública (τὰ τῶν πόλεων πράγματα, 291 c 1). Mais adiante, depois de definida a *constituição perfeita* (ὀρθὴ πολιτεία), que se distingue das *constituições-imitação* (μεμιμημέναι πολιτεῖαι, cf. 293 e 4), retoma-se o elenco dos profissionais que, por confundirem as suas ciências (militar, jurídica e retórica) – auxiliares da *politikê epistême* – com a do verdadeiro político, vivem na ilusão de serem políticos (303 e-305 c). Mas, antes disso, somos confrontados com uma categoria distinta de pseudo-políticos, a que se não atribui qualquer ciência específica (como fora o caso dos generais, dos juizes e dos oradores) ou função de prestígio (conforme sucedera com os adivinhos e os sacerdotes)⁽¹⁰⁾.

Pois bem, é quando passa a considerar essa *trupe de indivíduos que ronda os negócios públicos* (τὸν περὶ τὰ τῶν πόλεων πράγματα χορόν, 291 c 1) que Platão altera a imagem do rival do político no sentido do fantástico e da bestialização. De novo utiliza o adjectivo *atopos* («estranho»), agora para qualificar essa *raça multiforme* (πάμφυλόν τι γένος), evocada através do recurso a metáforas de animais selvagens e monstros. Embora reconheça, juntamente com Luc Brisson e Jean François Pradeau⁽¹¹⁾, não ser possível estabelecer com toda a certeza qual a razão e o objectivo que levaram o filósofo a recorrer a semelhantes comparações, estas interessam-me sobretudo enquanto verdadeiro *leit-motiv* da sua obra. Aliás, Christopher Rowe, estabelecendo um paralelo entre a galeria do bestiário d'*O Político* e a variedade de políticos descrita n'*A República* (livros VIII-IX), propõe que a cada uma das espécies daquele diálogo corresponde um dos caracteres dos governantes deste. A saber: os leões representariam os timocratas, os centauros os oligarcas, os sátiros e os animais sem força, mas astutos e com capacidades mutantes, como seriam os

camaleões, os democratas, indivíduos por norma propensos a alterar a sua opinião⁽¹²⁾. O insulto final à horda irracional dos falsos políticos surge imediatamente a seguir à revelação do estado de estupefacção (novo emprego duplo do adjectivo *átomos*, 291 b 6, 7) do Estrangeiro. O *chorós* da gente conotada com as feras e monstros vem agora epitetado como *o mais refinado impostor* (τὸν... μέγιστον γόητα) *de entre o universo dos sofistas e o mais experimentado dos indivíduos nessa arte* (i. e., na retórica sofística)⁽¹³⁾. Daqui até 303 c, o Estrangeiro procura demonstrar que nenhuma das constituições existentes corresponde à *orthê politeia*, logo não é possível encontrar o *alethinós basileús/politikós*. Pior ainda, todos os indivíduos que participem como governantes em qualquer dos regimes identificados (monarquia, tirania, aristocracia, oligarquia e democracia), se não forem sábios, i.e., não possuem conhecimento,

devem ser repudiados, sob a alegação de não serem verdadeiros políticos (οὐκ ὄντας πολιτικούς), *mas agitadores* (στασιαστικούς) – *patronos das fraudes mais incríveis* (ειδώλων μεγίστων προστάτας ὄντας). *Tal é o seu carácter que de actores e impostores exímios* (μεγίστους γε ὄντας μιμητὰς γοήτας) *se tornaram nos mais distintos Sofistas.*

(303 c 1-5)

Em suma, tal como as coisas do mundo sensível se distinguem das ideias do universo inteligível, também um sofista, enquanto simulacro de quem detém o saber, corresponde a uma imitação do político autêntico, mas não pode, de modo algum, ser confundido com este.

Mas voltemos às metáforas de animais e monstros. Também n' *A República* deparamos com a comparação de um governante (o tirano) a um animal selvagem (o lobo). Para sermos mais precisos, este lobo partilha com os seres fantásticos d' *O Político* a dimensão mítica, uma vez que se evoca a lenda da transmutação de Licáon, rei lendário da Arcádia, após o sacrifício do próprio filho a Zeus. O paralelo com o tirano baseia-se no facto de, tal como um pai que de protector se transforma em carrasco (Licáon), também o tirano chega ao poder para bem do povo, mas rapidamente mata e condena ao exílio a gente da sua tribo, *transformando-se de homem em lobo* (λύκῳ ἐξ ἀνθρώπου γενέσθαι, 566 a 4). Repare-se que o retrato deste rival do político comporta uma carga pejorativa mais carregada do que qualquer imagem de leão, centauro ou sátiro. Já não é só a dimensão selvagem e irracional que se enfatiza, nem apenas o aspecto fantástico, ligado ao

hibridismo das formas das figuras mitológicas, mas sobretudo a faceta monstruosa, i. e., contrária às regras mais elementares da vida civilizada. Esse lobo, como referimos, devora os seus semelhantes e familiares, ou seja, pratica o canibalismo. A razão para que alguns indivíduos incorram em tamanha transgressão radical, conforme se depreende, na configuração da alma⁽¹⁴⁾.

A *psychê* é formada por três partes: uma dotada de razão (λογιστικόν), cordata (ἡμερον) e senhora da outra (ἄρχον ἐκείνου)⁽¹⁵⁾, responsável pelo pensar (439 a) e pelo aprender (436 a, 580 d, 581 b), chamada de *elemento racional* (λογιστικόν, 439 d) e de *parte amiga de aprender e de saber* (φιλομαθὲς δὴ καὶ φιλόσοφον, 581 b); outra animal (θηριῶδες) e selvagem (ἄγριον)⁽¹⁶⁾, o desejo, chamado de *concupiscência* (ἐπιθυμητικόν, 439 d, 580 e) e de *parte amiga do dinheiro e do lucro* (φιλοχρήματον καὶ φιλοκερδὲς, 581 a); a terceira, reflexiva (ἐν ᾧ τὸ φρονεῖν ἐγγίνεται)⁽¹⁷⁾, que, de acordo com a tripartição estabelecida no livro IV, deverá corresponder à *cólera* (θυμοειδὲς, 436 a), parte também chamada de *amiga da vitória e das honrarias* (φιλόνικον καὶ φιλότιμον, 581 b).

Os sonhos traduzem o domínio que cada uma das partes pode ter sobre as outras. Assim, quando a parte animal e selvagem controla as outras, a alma agita-se no sono, perturbada pelos piores e mais despidos crimes (incesto, sexo – com seres humanos, deuses e animais –, homicídios e canibalismo, 571 c-d). Ao invés, quando a parte animal e a racional não estão em conflito, a terceira entra em ação, contexto propício a atingir a *verdade* (τῆς ἀληθείης) e menos dado a *visões transgressoras* (παράνομοι αἱ ὄψεις, 572 a 7-8). E porque, quando se fala de *visões*, se pressupõe a necessidade de *imagens*, é disso mesmo que nos vai falar o texto d' *A República* ao apresentar cada uma das partes da alma sob a forma de um εἰκὼν (588 b-589 d). Os três ícones propostos são de dimensões diversas, surgindo do maior para o mais pequeno, a saber: um com forma de monstro (μίαν μὲν ιδέαυ θηρίου) híbrido, possuindo várias cabeças de animais selvagens e domésticos, dispostas a toda a volta do corpo, e com potencialidades metamórficas (tipo Quimera, Cila e Cérbero) – este é o ícone maior e materializaria a parte da alma animal e selvagem; outro, com forma de leão (μίαν... ἄλλην ιδέαυ λέοντος), animal passível de ser domado, corresponderia à parte reflexiva; finalmente, o mais pequeno deve ser moldado com a forma humana (μίαν δὲ ἀνθρώπου) e ilustraria a parte racional. Porém, como todas as partes

juntas formam a alma, para dar essa aparência externa de unicidade, as três imagens devem ser envolvidas por um invólucro também ele de forma humana. Os indivíduos em cujas almas as partes personificadas nos seres monstruosos e no leão dominam o homem, i. e., a razão, esses cometem actos injustos. Já as pessoas honestas são aquelas em que *o homem interior tem o máximo domínio sobre o seu todo* (ὄθεν τοῦ ἀνθρώπου ὁ ἐντὸς ἄνθρωπος ἔσται ἐγκρατέστατος, 589 a 7- b1), o que se verifica quando o homem subjugua o monstro, tendo por aliado o leão. O objectivo dessa parte (o pequeno homem ou a razão) reside em tornar a *psychê* harmoniosa no seu todo, o que consegue ao fazer com que todas as partes sejam amigas⁽¹⁸⁾. Como escreveu Platão a propósito das funções do elemento racional da alma, cabe-lhe a ela governar toda a alma, pois preocupa-se não só com os seus interesses pessoais (como fazem as outras duas partes), mas cuida do interesse geral (441 e, 442 c).

Sublinhe-se que n'*O Político*, qual verdadeiro motivo recorrente no discurso de Platão, voltamos a encontrar esta mesma associação da injustiça a uma natureza bestial (πρὸς θηριώδη τινὰ φύσιν, 309 e 3). Semelhante noção surge já para o final do diálogo (309 d 10-e 5), a propósito da distinção entre as pessoas de *espírito voluntarioso* (ἀνδρεία ψυχῆ) e as de *natureza equilibrada* (τὸ τῆς κοσμίας φύσεως). Segundo o Estrangeiro, um indivíduo de carácter ousado, que não participe da justiça, incorre na chamada *theriôdes physis*.

Desta aproximação do texto d'*O Político* à *República*, podemos inferir como apelidar os falsos políticos de leões, centauros, sátiros e toda a espécie de monstros multiformes constitui uma denúncia de que toda essa trupe de politiqueros são pessoas desonestas. Como se lê n'*A República*, é quando a parte selvagem das almas escraviza a domesticada que estamos perante a desonestidade (589 d 2-3).

Podemos, pois, concluir que, entre o universo dos rivais do político verdadeiro, é possível hierarquizar os indivíduos com base na apreciação que sobre eles tecem as personagens d'*O Político*. No topo da pirâmide encontram-se os que participam das artes auxiliares da ciência política (militares, juizes e oradores), seguem-se o arconte-rei e seus servidores (arautos, escribas e secretários) e na base surgem todos aqueles que não detêm qualquer saber, mas arvoram possuí-lo, pelo que merecem o cognome insultuoso de «Sofistas»!

Notas

(1) Cita-se as traduções de SOARES 2008 e ROCHA PEREIRA ¹⁰2007.

(2) A noção «verdadeiro» vem expressa no original tanto pelo recurso ao adjectivo ἀληθινός (Pol. 259 b1, 300 d 7), como através das formas adverbiais ὄντως (277 e 13, 291 c 5, 300 c 9-10) e ἀληθῶς (293 c 7).

(3) N'O *Político* (260 d 11-e 9), a personagem principal do diálogo afirma claramente que o objecto que está na origem da sua pesquisa é o governante (τοῦ γὰρ ἄρχοντος ἕνεκα), não o seu contrário (οὐχὶ τοῦ ἐναντίου), isto é todo aquele que possui uma ciência que se *aparenta* com a daquele (τέχναις συγγενέσιν), mas que *não o é*.

(4) Como se lê em *A República*, 445 c 9-10: *há tantas formas específicas de constituições, quantas podem ser as almas*; e em 545 d 1-2: *toda a constituição muda por virtude daquele mesmo que detém o poder*.

(5) LUC BRISSON e JEAN-FRANÇOIS PRADEAU (2003: 14) chamaram a atenção para a utilidade cívica da filosofia na sua introdução à tradução francesa d'*O Político*.

(6) À excepção dos passos em que se reporta ao governante do regime monárquico, enquanto figura distinta dos senhores do poder das outras constituições (oligarquia, democracia e tirania), o substantivo «rei» e a expressão «ciência/arte do rei» são sinónimos de «político» e de «ciência/arte política». Ao que sugere o conjunto do texto, esta equivalência deverá explicar-se pelo facto de a monarquia e o rei verdadeiros constituírem as realizações perfeitas do político e do regime que ele dirige.

(7) Ao considerarmos que, no presente caso, o pensamento da personagem principal se identifica com o de Platão, estamos a colocar-nos na esteira da interpretação de KRAUT (1992: 27-30), para quem a personagem central serve de veículo para contrariar ou defender determinadas conclusões, por meio de determinados argumentos, segundo faria o próprio filósofo.

(8) Sobre o papel da mistoforia, instituída por Péricles, no regime democrático de Atenas, veja-se FERREIRA (1990: 83-87).

(9) Conforme indica o sufixo – *iko* –, usado na formação do adjectivo *politikós*, o *politikós anêr* é o homem que possui determinado saber específico, aquilo que se costuma chamar uma «ciência» (*epistême*) ou «arte» (*techne*).

(10) No comentário ao passo em apreço, BRISSON e PRADEAU assinalam essa distinção em duas categorias de rivais do político (2003: 250, n. 262).

(11) BRISSON et PRADEAU (2003: 250, n. 266).

(12) Cf. ROWE (1995: *com. ad loc.*).

(13) Vd. 291 c 3-4.

(14) Sobre a questão, veja-se, entre outros, os estudos de ANNAS (1981: 109-152), THYSSEN (1998) e REEVE (1988: 118-169).

(15) Vd. 571 c 4-5.

(16) Vd. 571 c 5.

(17) Vd. 572 a 7.

(18) Leia-se WHITE (1979: 234-235).

Bibliografia

- J. ANNAS (1981), *An Introduction to Plato's Republic*. Oxford University Press, Oxford.
- L. BRISSON et J.-F. PRADEAU (2003), *Platon. Le Politique*. GF Flammarion, Paris.
- J. R. FERREIRA (1990), *A democracia na Grécia Antiga*. Livraria Minerva, Coimbra.
- R. H. KRAUT (1992), *The Cambridge Companion to Plato*. Cambridge University Press, Cambridge.
- C. D. C. REEVE (1988), *Philosopher-kings. The Argument of Plato's Republic*. Princetown University Press, Princetown, New Jersey.
- M. H. ROCHA PEREIRA (¹⁰2007), *Platão, A República*. Introdução, tradução e notas. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CH. ROWE (1995), *Plato. Statesman*. Edited with an Introduction, Translation & Commentary. Aris & Phillips, Warminster.
- C. SOARES (2008), *Platão. O Político*. Tradução do grego, introdução e notas. Círculo de Leitores, Lisboa.
- H. P. THYSSEN (1998), «The Socratic paradoxes and the tripartite soul», in E. N. Ostenfeld (ed.), *Essays on Plato's Republic*. Aarhus University Press, Aarhus, 59-72.
- N. P. WHITE (1979), *A Companion to Plato's Republic*. Blackwell, Oxford.